

# A interdiscursividade como instrumento retórico de desmoralização

Marcel Henrique Angelo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Explicitar o processo de desmoralização de um opositor à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), construído pela revista *Veja*, é o objetivo deste artigo. Para tanto, analisou-se o emprego do discurso irônico no intuito de se obter um efeito de sentido que levasse à exclusão do secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, representado na matéria como retrógrado, antiquado e desqualificado

para trabalhar como diplomata. O emprego da interdiscursividade, típica da ironia, contribuiu para a transmissão indireta de discursos tais como os pró-globalização e liberalismo, apontados como os verdadeiros alvos da filosofia editorial da *Veja*. O resultado mais relevante é a compatibilidade superficial entre o jornalismo interpretativo e o ato de se ironizar alguém, distorcendo a importância informativa da imprensa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Ironia. Globalização.

## I. INTRODUÇÃO

Figura de linguagem vastamente utilizada nas relações interpessoais cotidianas, a ironia parece ser uma constante nos textos da mídia, notadamente veículos de comunicação jornalística enquadrados na categoria jornalismo interpretativo<sup>2</sup>. Seu caráter essencialmente ambíguo (BRAIT, 1996, p. 64), o qual, de maneira sutil, dá margem a interpretações diversas, torna-a arma poderosa no jogo discursivo. Nela residem aspectos – entre os quais se destaca a interdiscursividade – variados concernentes ao direcionamento dos discursos, atuando conforme a conveniência.

Para que se possa apreender na totalidade tal conceito, é imprescindível ter em conta o fato de que não existe sentido literal: segundo Orlandi (2001, p. 21), a língua só significa a partir do momento em que é inscrita na história. Assim sendo, o significado, não obstante seja aparentemente cristalizado (efeito provocado pela ideologia), possui uma abertura que o torna passível de adequação, de manipulação.

<sup>1</sup>Jornalista na Universidade Federal de Viçosa, mestre em Letras pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Email: angelomarcel@gmail.com.

<sup>2</sup>Cf. Rabaça e Barbosa (1987, p. 346), existem quatro categorias de jornalismo: o *informativo*, o *interpretativo*, o *opinativo* e o de *entretenimento*. O segundo listado é o que mais se vê em revistas.

Dentro desta perspectiva, Maingueneau escreve sobre o papel do contexto no estabelecimento dos sentidos.

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido (...) Fora de contexto, não podemos falar realmente do sentido de um enunciado, mas, na melhor das hipóteses, de coerções para que um sentido seja atribuído à sequência verbal proferida em uma situação particular. (MAINGUENEAU, 2002, p. 21)

Esta maleabilidade semântica, somada à ambiguidade intrínseca de que dispõe, torna o discurso irônico particularmente apto a desempenhar papéis como o de propagar pontos de vista de maneira oculta e indireta (BRAIT, 1996, p. 37). É notória a necessidade que a imprensa tem de conservar sua “objetividade” jornalística – falaciosa, uma vez que, no momento em que formula enunciados, o sujeito já está atribuindo sentidos (ORLANDI, 1996, p. 64). Contudo, em nome da imparcialidade, é preciso manter a aparência de isenção, ao mesmo tempo em que se cumpre a obrigação de veicular a notícia – o que, como foi dito, vem sempre impregnado de forte carga ideológica.

Seguindo a noção desenvolvida por Guattari (2000, p. 25), que ao termo ideologia prefere produção de subjetividade *capitalística*, a mídia pode ser vista como uma das grandes instituições responsáveis pela instauração de uma subjetivação harmoniosa com os interesses das classes dominantes atuais. Isto inclui, como será visto adiante, uma árdua e histórica defesa dos ideais estabelecidos pelos detentores dos modos de produção no conceito marxista de burguesia. E assim como se comportou, no final do século XVIII, em relação aos opositores do Novo Regime, a imprensa permanece firme em sua tarefa paralela à de informar: instaurar o pensamento único e devastar aqueles que oferecem visões de mundo diversas. Faz-se necessário excluí-los.

O presente artigo pretende demonstrar o emprego da ironia – que não é necessariamente cômica (BRAIT, 1996, p. 58) – no procedimento de controle discursivo denominado exclusão. Descrito por Foucault (1996, p. 9), é composto por três princípios básicos: a *interdição*, a *vontade de verdade* e a *separação e rejeição* – esta última admitida como a mais adequada dentro da proposta metodológica e do *corpus* aqui analisado. Como nos ensina o estruturalista francês, em nossa sociedade a fala do louco só possui algum tipo de reconhecimento na medida em que é enquadrada e mediada por instituições como a psiquiatria (FOUCAULT, 1996, p. 12). Conhece-se, historicamente, a oposição entre razão e loucura, via de regra carregada de maniqueísmo, a ponto de se efetuar uma segregação dos que não se encontram claramente inseridos nos domínios da primeira.

Baseados em tais premissas, veremos adiante os artifícios linguístico-discursivos através dos quais a revista *Veja*, esbanjando ironia, ridiculariza o secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, ferrenho inimigo da proposta

norte-americana de instauração da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Em linhas gerais, o respeitado veículo do grupo Abril publicou reportagem visando ao estabelecimento de um total descrédito do diplomata, relacionando seu pensamento ao retrocesso e seu comportamento ao de um louco – embora, ressalte-se, a “loucura” em si não seja mencionada sequer uma vez.

Desta maneira, para efeito epistemológico, dividiu-se o processo de ridicularização de Pinheiro Guimarães em dois momentos-chave, que se encontram profundamente envolvidos e quase indissociáveis: 1) a desqualificação de suas concepções teóricas por meio da associação ao atraso e à estagnação, por um lado, e ao radicalismo e à irracionalidade, por outro; 2) o questionamento de sua capacidade profissional para ocupar tal cargo. Para que se observem estes dois momentos, quatro trechos foram selecionados, precisamente em razão de serem os mais representativos como marcas linguísticas em que se pode verificar com maior clareza a ação dos discursos ali presentes. O primeiro é composto pelo conjunto “título-subtítulo-legenda”, e os demais se encontram no corpo do texto. O enfoque analítico leva em conta a orientação dos discursos favoráveis à globalização e suas consequências com o objetivo de estruturar o sentido dos enunciados de forma a reconhecer em Guimarães um “outro” risível, patético.

Antes, todavia, de examinarmos especificamente a questão do discurso, faz-se mister recorrer a uma verificação das condições de produção desse encaadamento discursivo.

## 2. A CONFIRMAÇÃO DE UMA ALIANÇA HISTÓRICA

Após três séculos de uma parceria bem sucedida, a imprensa mantém-se irredutível na defesa dos ideais burgueses. Conquanto não se apresentem explicitamente como guardiões do sistema, a exemplo do que ocorria nos primórdios da atividade<sup>3</sup>, muitos dos principais veículos de comunicação em massa na pós-modernidade, ou Capitalismo Tardio, permanecem protegendo avidamente as classes dominantes. Estas, ditando os rumos das radicais transformações pelas quais a humanidade vem trilhando seu caminho na era da Globalização, desterritorializaram-se e controlam o capital planetário ignorando as antigas limitações geográficas. E sempre no rastro desses “donos do poder” em escala planetária estão os *mass media*<sup>4</sup>, participando decisivamente da *mundialização* da cultura, de que fala Renato Ortiz (1998, p. 7).

Se no âmbito cultural se assiste à emergência de determinadas manifestações locais em oposição à homogeneização global, na categoria “economia” as regras do jogo seguem sendo ditadas pelo capital internacional. E é nas páginas de jornais e revistas, além das ondas radiofônicas e imagens televisivas, que o discurso defensor da “doutrina” neoliberal pode ser identificado com maior clareza.

<sup>3</sup>Cf. LAGE (1993: 19); O jornalismo, em sua origem, possuía caráter eminentemente panfletário, em defesa dos padrões burgueses de comportamento. Ver também Marcondes Filho (2000).

<sup>4</sup>Cf. Bauman (1999, p. 8), “os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais”.

Dessa forma, ocorre que os opositores dessa aparente sequência evolutiva “natural” – isto é, a integração econômica e cultural de tudo e todos no mundo – precisam ser excluídos, difamados, descredenciados. O “pensamento único” instaura-se, difundido pelos produtores da subjetividade *capitalística* guatarriana. E tal subjetivação associa o atraso tecnológico, o retrocesso a um quadro anterior ao atual estágio de interconexão planetária, e, assim sendo, a algo a ser enfaticamente evitado.<sup>5</sup>

Tal aspecto se deve ao recrudescimento de determinados fatores de exclusão, bem como ao surgimento de outros novos. Bauman defende que o desenvolvimento técnico que permitiu ao ser humano usufruir de, entre outras vantagens, uma mobilidade jamais vista – adquirindo algo como uma onipresença virtual – aprofundou o fosso que separa aqueles que dispõem do acesso a tais benesses daqueles cujas possibilidades de inserção são quase nulas.

(...) em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. (BAUMAN, 1999, p. 25)

Eis, portanto, um dos motivos pelos quais a insistência no estabelecimento desta dicotomia – entre os integrados à “nova ordem” global e aqueles que a ela não se associaram – possui forte apelo no processo de constituição das subjetividades, via meios de difusão informativa. Estes, ideologicamente impregnados pelos valores neoliberais, contribuíram para a instituição de um ambiente favorável à aceitação do “estilo” burguês pós-moderno. Nesse contexto, são igualmente pertinentes as críticas de Milton Santos ao gerenciamento desse *status quo* que aprofunda as desigualdades e, concomitantemente, propala a ilusão de “integração”. De acordo com Santos, instaurou-se um discurso segundo o qual as nações “ativas”, conforme pregam os dominadores, são as que obedecem fielmente às regras impostas pelo mercado global e agem em detrimento das dificuldades por que passam as populações locais. “A ‘nação ativa’ aparece como fluida, veloz, extremamente articulada” (SANTOS, 2000, p. 156), enquanto a “passiva” seria a que não se submete aos ditames impostos pelos países centrais, muitas vezes rompendo contratos que ferem a soberania nacional. Diante disso, o conceituado geógrafo questiona se não estaria havendo uma inversão: as “passivas” é que seriam, verdadeiramente, as “ativas”, e vice-versa. “Serão mesmo adequadas essas expressões”? (SANTOS, 2000, p. 157)

Para exemplificarmos a participação da mídia nestas questões, parece

---

<sup>5</sup>Cf. Vattimo (1996) e ainda Lévi-Strauss, no clássico ensaio “Raça e História”. Em linhas gerais, ambos demonstram como é valorizada a visão *eurocentrica* do progresso, difundido como aspecto incontestável e realidade inexorável.

pertinente citar a análise da formulação ideológica do Consenso de Washington – apontado por muitos como o ápice da imposição neoliberal das grandes potências sobre os países “em desenvolvimento”. De acordo com Paulo Nogueira Batista, durante o desenrolar de apresentação (imposição?) das políticas aos que a ela seriam submetidos,

a imprensa, por meio de editoriais ou de articulistas entusiastas do novo velho credo, alguns de passado esquerdista, colocaria na defensiva todos os que não se dispusessem a aderir à autodenominada “modernização pelo mercado”, qualificando-os automaticamente como retrógrados ou “dinossauros”. (BATISTA, 1994, p. 7)

Ainda conforme Batista, os mensageiros da “Nova Ordem” mundial invocam a incompetência dos países em competir de igual para igual sem estarem atrelados às regras do jogo que vinham sendo determinadas pelas grandes nações. Recorre-se ainda à defesa dos “interesses do consumidor nacional” e à “ineficiência do protecionismo como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento” (BATISTA, 1994, p. 21). Por trás dessa necessidade inexorável de adesão, escamoteavam-se reais interesses dos investidores e grandes potências globais:

por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas. (BATISTA, 1994, p. 21)

### 3. DOIS MOMENTOS DA DEVASTAÇÃO DE UM Opositor

Demonstrou-se até o momento a cumplicidade que envolve inextricavelmente a mídia jornalística e a profusão da ideologia neoliberal – a qual prega a necessidade de abertura de mercados e da privatização do patrimônio nacional, entre outras manifestações não-intervencionistas do Estado na economia.

Em nome, porém, da eficácia de suas estratégias, o estamento tecno-burocrático<sup>6</sup>, ao que parece zeloso com as tradições exploratórias de seus antepassados imperialistas, é totalitário na propagação das ideias. Dessa forma, não basta enaltecer o *modus operandi* do Neoliberalismo, é preciso massacrar os opositores, ridicularizando-os e tornando-os incapazes, a priori, de elaborar qualquer parecer razoável.

---

<sup>6</sup>Conceito utilizado por Muniz Sodré (1992, p. 24) para designar aqueles que exploram uma “mais valia decisória”, advinda da energia produtiva da informação oriunda do trabalho técnico-científico, opõe-se à burguesia tradicional, a qual se apropriava da “mais valia tradicional” – oriunda da exploração energética da força de trabalho.

Nesse sentido, o peso da mão invisível<sup>7</sup> faz-se sentir de forma bastante expressiva, na atualidade brasileira, quando o assunto é a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Profundamente politizada, trata-se de uma discussão que envolve a ação de discursos variados, como o progressista, o nacionalista, o neo-liberal e o protecionista, entre outros. Devido a uma diversidade de fatores que não cabe aqui mencionar, o Brasil é considerado agente central na composição do bloco de países onde, apregoam os pró-Alca, a circulação de produtos e serviços dar-se-á “livre” de imposições aduaneiras. Tantos aspectos e posições se tornam patentes, aos olhos da análise discursiva, a partir do momento em que a produção de reportagens sobre o tema parte de uma das mais vendidas revistas brasileiras. A cada semana, nas páginas da *Veja*, o que se vê são pontos de vista que, sob o manto jornalístico de apresentação, revelam posições favoráveis à adesão brasileira ao acordo pan-americano<sup>8</sup>.

Não nos delongando em questões técnicas econômicas – o que fugiria aos objetivos desta análise – sem ignorarmos, porém, os fatores políticos envolvidos, procedamos a partir de agora a uma observação de elementos linguístico-discursivos implicados.

#### **4. INTERDISCURSIVIDADE IRÔNICA: ASSOCIAÇÃO À SENILIDADE**

A reportagem verificada foi publicada na edição do dia 22 de outubro de 2003. É a primeira matéria da editoria “Brasil”, posição reservada, em geral, a assuntos de destaque e relacionados à política brasileira.

No intuito de facilitar a abordagem analítica, a primeira parte será desmembrada em três enunciados – E1, E2 e E3. O título, ocupando a parte superior esquerda da página 40 e ainda uma parte da 41, é, em letras garrafais, o seguinte:

E1: Um diplomata alternativo.

Bastante significativo – como veremos adiante – o subtítulo vem logo abaixo, numa tipologia um pouco menor que a do título, na página 40:

E2: Com ideias que parecem saídas de um catálogo de antiguidades, o *segundão* do Itamaraty é radicalmente contra a Alca e o último brasileiro a fazer bilhetes usando papel-carbono.

O último texto, e o menor de todos, da primeira página da reportagem é a legenda da foto de Pinheiro Guimarães, que assume a maior parte do

---

<sup>7</sup>Termo clássico empregado por Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da teoria econômica liberal, para demonstrar a capacidade autônoma do mercado diante de interferências do Estado.

<sup>8</sup>Na edição de 19 de novembro de 2003, seção “Carta ao leitor” (p. 9), *Veja* comenta a “inevitabilidade” da Alca. Outro exemplo, que também não economiza no recurso à ironia, é a capa do dia 15 de outubro. No centro encontra-se o título “Brasil peita os EUA na Alca – Coragem ou Estupidez?”, texto esse envolvido pelo desenho de uma águia (símbolo dos Estados Unidos) gigante observando um pintinho vestido de cores brasileiras. Embora seja muito menor e mais fraco, adota visivelmente uma postura de enfrentar a águia. Quanto à difusão da irreversibilidade da globalização, Cf. Santos (2000, p. 159).

espaço na configuração visual estabelecida.

E3: Samuel Pinheiro Guimarães, o secretário-geral do Itamaraty: um diplomata sem perfil de diplomata.

Consideremos inicialmente os enunciados de maneira isolada. Como é tradicional em revistas, o título principal (E1) das matérias possui uma natureza semântica mais aberta, explorando o caráter polissêmico dos enunciados. Orlandi trabalha esta abertura em termos de incompletude e dispersão, que “são tratadas nos limites moventes e tensos entre paráfrase e polissemia, os dois eixos que sustentam o funcionamento da linguagem” (ORLANDI, 2001, p. 20). Logo após, contudo, sentido e interpretação são orientados pelo subtítulo (neste caso, E2) – procedimento constante em informativos semanais. Levando-se em conta tais elementos, e ainda o fato de que só há sentido caso haja articulação entre língua e história (muito embora a ideologia nos faça crer no conteúdo já-lá, no “sentido literal”), o significado fluido de “diplomata alternativo” é organizado a partir da associação ao atraso e ao radicalismo presente em E2. Lembremos uma vez mais que, ainda de acordo com Orlandi (2001, p. 22-29), “os sentidos (...) não estão jamais soltos (desligados, livres), eles são administrados (geridos)”.

Mais do que em qualquer período de nossa civilização, na contemporaneidade a palavra “diplomata” designa um profissional eminentemente cosmopolita, que conhece diversos países e culturas e se encontra plenamente integrado à extraterritorialidade pós-moderna. Além disso, constitui o estereótipo, devido à função exercida, de “negociador”, “educado”, “sutil” e “aberto ao diálogo”. Acrescenta-se ainda que “diplomacia”, segundo o dicionário Houaiss (2001, p. 143), significa “habilidade na negociação”; já o Koogan-Larousse (1987) caracteriza “diplomático” como “hábil, cortês, fino, discreto”. Toda essa imagem é acionada pelo interdiscurso, “este significando o saber discursivo que determina as formulações” ou, em outras palavras, a “memória discursiva” (ORLANDI, 2001, p. 115). Tal construção semântica, entretanto, não chega a se concretizar, haja vista a presença de E2 logo abaixo, na mesma página da revista.

Em vez dos qualificativos supracitados, surge uma nova “malha interdiscursiva”, cuja ideologia embutida interpela o indivíduo-leitor em um sujeito diferente daquele que em princípio se defrontava com E1. Cabe aqui esclarecer minimamente tais conceitos. “Interpelar” é o recurso por meio do qual as ideologias constituem os sujeitos conforme os padrões ideológicos aos quais se pretende submeter determinados indivíduos. Para Orlandi (2001, p. 99), é através da interpelação que o sujeito “se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”.

Portanto, ocorre, a partir deste momento, uma canalização dos discursos que interpelam o leitor, vozes ocultas que o instigam culturalmente a rejeitar, no caso que analisamos, o atraso e o retrocesso. A referida rejeição se torna ainda mais gritante devido ao flagrante contraste: em um país que almeja, conforme as premissas ideológicas de uma revista como a *Veja*, usufruir das supostas vantagens da “nova ordem global”, é inadmissível que um diplomata, logo este profissional,

disponha de “ideias que parecem saídas de um catálogo de antiguidades”.

Profundamente irônico, o primeiro trecho de E2 estabelece uma comparação que tem por base a manipulação do significado de “catálogo de antiguidades”. Aflora, na enunciação, o caráter polifônico que, em nível latente, evidencia o preconceito em relação a tudo aquilo o que é antigo, defasado, antitético à evolução e ao progresso. Ressalte-se ainda o lugar reservado aos velhos em nossa sociedade, atribuindo-se-lhes uma posição de infantilidade, distanciamento da razão, senilidade – algo bastante próximo da loucura. Ao ridicularizar o diplomata, a reportagem representa-o como algo indigno de consideração e, mesmo que indiretamente, risível, como boa parte das ironias faz supor.

O emprego da ironia como forma particular de interdiscurso é cara ao jornalismo, especialmente àquele denominado interpretativo – como as publicações semanais. Por ser, como foi dito, essencialmente ambíguo, permite ao enunciador expressar um ponto de vista de maneira indireta, o que contribuiu para conservar, até certo limite, a imparcialidade do veículo, ao mesmo tempo em que realiza a tarefa de subjetivação. Para Brait, “a ambiguidade está preservada pela polissemia instauradora de outras possibilidades” (BRAIT, 1996, p. 41).

Nesse sentido, o discurso irônico ganha ênfase, devido à sua capacidade de transmitir valores de maneira interdiscursiva. Ainda citando Brait,

Muitas vezes, é precisamente esse recurso [à ironia] que vai revelar um enunciador que, instaurando vários locutores, deflagra um humor cujas entrelinhas atualizam representações de uma dada mentalidade, valores característicos de um dado momento ou uma dada cultura. (BRAIT, 1996, p. 38)

O mesmo acaba valendo para o segundo trecho de E2. Um diplomata ser “*radicalmente* contra” o que quer que seja, considerando sua posição, sua capacitação e suas atribuições, soa pouco razoável. Novamente conectando nossa memória discursiva, “radical” adquire significados popularizados por meio da mídia: no mínimo, quer dizer “intransigente”, “autoritário”, “totalitário” e “anti-democrático”; indo ao extremo, remete a “xiita” e “fanático religioso”. Eis uma breve lista de características que demonstram a irascibilidade e a inadequação a nossos padrões ocidentais de civilização – e que são amalgamados aos ideais de Pinheiro Guimarães. Mais uma vez, “além de velho”, parece sugerir o enunciado, “é louco”.

Ser “radical” opõe-se à concepção do que é um diplomata, mas a atitude de ser “radicalmente contra a Alca” é representada pela reportagem como uma verdadeira heresia diplomática, prova da incapacidade do opositor para ocupar tal cargo (posteriormente discutiremos o questionamento da competência de Guimarães). Por hora, cumpre ressaltar a associação, promovida pelo aditivo “e”, entre a segunda e a terceira partes de E2: “(...) *é radicalmente contra a Alca e o último brasileiro a fazer bilhetes usando papel-carbono*”.

As entrelinhas, mais uma vez, deixam escapar detalhes discursivos. Novamente recorrendo a Orlandi (2001, p. 102), verifica-se que não há correspondência

exata entre o discurso e a língua. A materialização do discurso – que é disperso, sem começo e fim absolutos – em texto nunca restringe o potencial polissêmico do enunciado àquilo que o autor pretendia: é, pois, incompleto. “O discurso se representa assim na sua materialidade linguístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea”. (ORLANDI, 2001, p. 102). Ao interligar o fato de ser “radicalmente contra a Alca” ao de ser “o último brasileiro a fazer bilhetes usando papel-carbono”, o enunciador vale-se da *plurissignificação* das palavras para misturar as ideias, transmitindo a impressão de que aqueles que discordam da instauração da área de livre comércio são, conforme antes se enfatizou, necessariamente antiquados, ultrapassados – chegando ao *absurdo*, digamos ironicamente, de transmitir recados utilizando papel-carbono.

Tais constatações nos remetem inevitavelmente às formulações de Foucault acerca da ordem do discurso. Diz-nos o pensador francês que a produção discursiva jamais, em qualquer sociedade, é livre – ao contrário, encontra-se “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Esta dominação se dá, entre outras maneiras, por meio da *exclusão*, mais especificamente pela rejeição, conforme apresentado no início deste trabalho.

Em um ambiente extremamente competitivo que é o que vivemos hoje, ser o último em qualquer circunstância é, quase sempre, um grave fator de exclusão. Tal aspecto faz emergir, interdiscursivamente, um isolamento daquele que é representado como elemento estranho, o “outro”, do qual nos devemos afastar. E sugere ainda referências irônicas calcadas em nossa cultura – é como se as vozes institucionais dissessem, sarcasticamente, “estamos todos errados e só ele está ‘certo’...”.

Em perspicaz análise da demonização de Saddam Hussein engendrada por jornais espanhóis durante a Guerra do Golfo, Luisa Martín Rojo apresenta reflexões que encontram paralelo no processo de ridicularização de Pinheiro Guimarães orquestrado pela *Veja*. A estudiosa recorre também a Foucault para demonstrar a exclusão através da formulação de uma “personificação metonímica” do conflito. Tal procedimento implicava duas ações: relacionar, implicitamente, o então presidente iraquiano – representado sempre de maneira negativa – à guerra, esta significando intransigência, irracionalidade e aversão à paz ou ao diálogo; e uma outra ação, esta decorrente da primeira, isolar Saddam, torná-lo o único a provocar o confronto, sendo inteiramente responsável por toda aquela situação. Este processo se apoiou na marcação de dois campos discursivos opostos: “nós”, os ocidentais, em sua busca legítima pela paz mundial, e “ele”, o “ditador”, que personificava toda aquela problemática (cf. ROJO, 1995, p. 53-61).

A estratégia, que contribuiu sobremaneira para o isolamento de Saddam a que se fez menção pouco acima, é bastante semelhante à exclusão de Pinheiro Guimarães. Do modo como foi representado, ele personifica todas os “defeitos” supostamente inerentes a alguém que não concorda com o curso evolutivo da

globalização. *Veja* embasa-se, outrossim, numa ironia metonímico-hiperbólica, haja vista o exagero de retratar o diplomata como “o último” a utilizar papel-carbono. Novamente, constata-se a presença de dois campos opostos: “nós”, o grupo maior, dono da razão; e “ele”, o secretário-geral do Itamaraty, refratário aos “benefícios” da integração político-econômica mundial, reportado como um verdadeiro símbolo do retrocesso.

Um outro trecho no meio da reportagem nos fornece pistas mais esclarecedoras no referente a este aspecto.

E4:Pinheiro Guimarães talvez seja uma das raras pessoas que ainda usam papel-carbono. Apesar da internet e do e-mail, ele envia aos subordinados bilhetes transcritos sobre papel-carbono. (idem)

Pode-se identificar na expressão em destaque a emergência das duas categorias comentadas (nós/ele). O recurso de misturar ideias que, em princípio não têm, necessariamente, uma relação direta, é mais uma vez empregado. Afinal, conforme a matéria nos orienta a interpretar, só um desvairado descartaria a praticidade e a velocidade do correio eletrônico para, em vez disso, fazer bilhetes com papel-carbono.

## 5. A INCOMPETÊNCIA NÃO-DITA

Voltando ao trecho constituído por E1 + E2 + E3, nota-se uma articulação de pensamento que leva o leitor a absorver uma interpretação, exposta em E1 + E2, que provoca uma conclusão (E3). Assim, é precisamente por ser um “diplomata alternativo”, “com ideias que parecem saídas de um catálogo de antiguidades”, “radicalmente contra a Alca” e “o último a fazer bilhetes usando papel-carbono” que Pinheiro Guimarães é “um diplomata sem perfil de diplomata”..

Observemos ainda um fragmento do meio do texto que descreve a atuação profissional do diplomata.

Pinheiro Guimarães é diplomata de carreira, está há quarenta anos no Itamaraty, *mas não parece diplomata*: fala tudo o que pensa, dá entrevistas *rebeldes*, escreve livros afiados e já perdeu mais de um cargo por não ter travas na língua. ‘*Ao contrário da maioria de nós, ele não se destaca pela moderação nem pela sutileza*’, descreve um diplomata brasileiro(...) (VEJA, 2003, p. 41)

As expressões e palavras evidenciadas são eloquentes no propósito de desqualificar Pinheiro Guimarães. Recorrente é a marcação da dicotomia nós/ele, simbolicamente escancarada no momento em que se lança mão do depoimento de um outro diplomata – este, sim, um profissional cômico de suas *atribuições ideológicas* – que trata de isolar Guimarães ao apresentá-lo como nada sutil ou moderado. Novamente a ironia, sempre veiculando pontos de vista de forma indireta, sugere um discurso implícito: se “fala tudo o que pensa”, “dá entrevistas rebeldes” e não tem “travas na língua”, trata-se possivelmente de um descontrolado impulsivo,

incapaz de atuar com equilíbrio em ambientes politicamente tão complexos como a diplomacia. Nesse sentido, foi útil, como explicitou-se no começo deste artigo, associar o diplomata ao radicalismo – representado como pecado capital entre negociadores.

Tantas dúvidas levantadas quanto à qualificação de Guimarães remetem o receptor dos enunciados apresentados a um discurso arraigado na cultura política nacional: a corrupção via apadrinhamento e nepotismo. Se, por todos os motivos expostos, ele não é apto a ocupar o cargo de secretário-geral do Itamaraty, por que, então, está ocupando? A resposta talvez se encontre no final do primeiro parágrafo da reportagem: “[Guimarães] é o segundo homem do Itamaraty e tem laços de família com o primeiro, o chanceler Celso Amorim” (VEJA, 2003, p. 41).

Há mais. Em vez de dizer que Pinheiro Guimarães não é sutil ou moderado, o diplomata que forneceu este depoimento ao repórter de Veja – o qual, ressalte-se, pediu *off*, isto é, solicitou ao jornalista que seu nome não fosse divulgado – sugeriu indiretamente essa postura de certa forma pouco convencional operada pelo secretário-geral. Reproduzindo a fala do depoente citado, a revista de novo emprega a ironia, agora apostando em uma de suas principais características: a antífrase (BRAIT, 1996, p. 72). Afirmando que “(...) *ele não se destaca pela moderação nem pela sutileza*”, a fonte transmite uma informação pretendendo dizer justamente o contrário – sem, contudo, ironizar diretamente, preservando-se de parecer demasiado agressiva.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de discurso ocupa-se, fundamentalmente, da demonstração do funcionamento de um texto no que concerne à produção de sentidos. Complacente que é com a visão neoliberal de mundo, a revista *Veja* articulou, não se sabe se de maneira inconsciente ou intencional por meio de seu repórter, uma teia interdiscursiva para enquadrar o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães numa posição isolada. Como se viu, para tal propósito contribuiu sobremaneira o uso da ironia, em que pese o fato de que nem sempre o objetivo do recurso a tal figura de linguagem fosse provocar risos.

O artigo que ora se encerra demonstrou a aparentemente perfeita compatibilidade entre o jornalismo interpretativo e o ato de se ironizar alguém. Trabalhando com base em características marcantes da linguagem – como a incompletude dos textos e a polissemia – o enunciator *jogou* com vozes e expressões institucionalizadas no imaginário popular para desancar o inimigo da Alca, interpellando o indivíduo em sujeito a partir de um discurso de quase plena aceitação: o do progresso incontestável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas Latino-americanos*. S.n., s.c. 1994. P. 7-34.
- BAUMAN, Zigmund. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge

- Zahar, 1999. P. 9-48.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Unicamp, 1996. P. 13-77.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. P. 7-21.
- GUATARRI, Feliz; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2001. P. 25-37.
- LAGE, Nilson. *A estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1993. Série Princípios, n.29.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002. P. 11-71.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001. P. 9-25; 99-126.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996. P. 64-78.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1998. P. 7-30.
- ROJO, Luisa Martín. Division and rejection: from the personification of the Gulf conflict to the demonization of Saddam Hussein. In: *Discourse & Society*. Londres: Sage, 1995. P. 49-80.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987. P. 346.
- SANTOS, Milton. Transição em marcha. In: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992. P. 15-28.
- VATTIMO, Gianni. Pós-moderno: uma sociedade transparente? In: *A sociedade transparente*. São Paulo: Relógio D'água, 1996.

#### FONTES PRIMÁRIAS

- OLTRAMARI, Alexandre. Um Diplomata Alternativo. *Veja*, São Paulo, ed. 1825, ano 36, n. 42, p. 40-2, 22 out. 2003.